

O discurso da imprensa sobre o impeachment e os efeitos de sentido mobilizados pela memória discursiva

The discourse of the press on impeachment and the sense effects mobilized by the discursive memory

João Paulo Martins de Almeida¹
Maria Virgínia Borges Amaral²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os acontecimentos dos impeachments ocorridos no Brasil nos anos de 1992 e 2016, que terminaram por afastar Fernando Collor e Dilma Rousseff da presidência. Utilizando-se do referencial teórico da Análise do Discurso, o gesto interpretativo aqui realizado intenta mostrar quais efeitos de sentido são mobilizados, pela memória do discurso, para tratar do impeachment, especialmente aqueles sentidos veiculados pela imprensa. Conclui-se que, em ambos os acontecimentos, há efeitos de similitude na superfície discursiva, mas também deslocamentos de sentidos, mostrando que os sujeitos que clamam pelo impedimento, de igual modo, deslocam-se em suas identidades e formações discursivas ao se manifestar, expondo, no próprio discurso, o processo de luta de classes engendrado pelo impeachment.

Palavras-chave: Impeachment. Imprensa. Efeitos de sentido. Análise do Discurso

Abstract

This work analyzes the impeachment events which happened in Brazil in 1992 and 2016, eventually removing Fernando Collor and Dilma Rousseff from presidency. Through the Discourse Analysis theoretical framework, the interpretation herein presented attempts to show which meaning effects are mobilized, through the discursive memory, in order to address the impeachment process, focusing on those meanings broadcast by the press. One can conclude that, in both events, not only are there similarity effects on the discursive surface, but also meaning displacements. Such events show that the subjects who demand an impeachment are also displacing themselves from their identity and discursive formations when they protest, thereby exposing within the discourse itself the class conflict engendered by an impeachment process.

Keywords: *Impeachment. Press. Meaning effects. Discourse Analysis*

Recebido em: 02/09/2020.

Aceito em: 11/11/2020.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas.

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (1977), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (1994) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (1999). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Alagoas.

Introdução

Neste trabalho, faz-se um gesto de análise discursiva a partir da teoria pècheutiana, no intuito de abordar o discurso da imprensa a respeito do impeachment de presidentes no Brasil. Para isso, serão feitas considerações ao impedimento dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff, tomando como materialidades discursivas textos e imagens publicadas em capas da revista *Veja* e nos arquivos de Memória Globo, para articular um gesto interpretativo sobre o discurso jornalístico com a memória dos acontecimentos dos impeachments brasileiros. Embora sejam tomados neste estudo impedimentos de presidentes brasileiros já acontecidos, não é exagero afirmar que tais eventos podem tornar a ser experimentados no país, visto que a conjuntura política caracterizada por acordos e desacordos entre as classes fundamentais da sociedade brasileira anunciam possíveis novos impeachments, seja do presidente, seja de governadores. A realidade política do Brasil hoje atualiza, pois, o tema deste artigo.

Para captar o desenrolar da história dos acontecimentos de impeachments de presidentes brasileiros, fez-se um esforço analítico com o propósito de identificar o processo de reverberação da memória do impedimento/renúncia do presidente Fernando Collor de Mello (1992), no acontecimento de impeachment/afastamento da presidenta Dilma Rousseff (2016). A análise dos impeachments de Collor e de Dilma é feita a partir das expressões midiáticas para que se possa perceber como a memória discursiva atravessa a história e a alimenta em “novos” acontecimentos.

Os dizeres da imprensa sobre o impeachment à luz da Análise do Discurso

O discurso é prática social, cuja materialidade é a língua que, ao expressar historicamente a ideologia, engendra sentidos para as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos que enunciam. Cabe perguntar, todavia: que sujeito é este? Qual sua posição e lugar no mundo? Em que tipo de sociedade ele habita? O objeto deste estudo é um discurso inscrito no hodierno e para analisá-lo é imprescindível um tratamento analítico dessa contemporaneidade para se conhecer e compreender como ela se estrutura socialmente. Tem-se em foco uma sociedade de classes, sustentada sobre a exploração do trabalho do homem por outrem; uma sociedade em que, enquanto dissolve o valor de uso do trabalho, impõe o valor de troca e a mais-valia, expandindo e, contraditoriamente, reduz “tudo” à mercadoria. Esta não é qualquer sociedade na história humana; é a sociedade resultante de processos históricos que, há aproximadamente 300 anos, vêm modificando o tecido social, as formas de relação e de produção humana, por meio de revoluções, conquistas de novos territórios, de organização das cidades, da cultura e da representação política. Esta é uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista.

É uma sociedade movida sob a égide do capital, regendo os homens, suas práticas e os discursos que a orientam. As relações de força motorizadas pela luta de classe se manifestam nas formulações dos sujeitos porta-vozes dos discursos que circulam, expressando a realidade sócio-histórica que os determina. Evidentemente, nem todo dito, nem todo dizer formulado e constituído a partir da e na realidade social é transparente; na verdade, todo dito omite na superfície discursiva outros dizeres, não-ditos silenciados. Por isso, para um procedimento de análise, toma-se a superfície discursiva, ou as “margens do dizer” (ORLANDI, 2020), como ponto de partida, para poder chegar à compreensão e à explicação do “conjunto complexo contraditório” (o interdiscurso) das formações

discursivas nas quais o discurso encontra assento e representa (AMARAL, 2007). Assim, é possível entender a posição discursiva que a imprensa brasileira ocupa no jogo combinado e contraditório das forças impulsionadoras da sociedade. A imprensa é porta-voz e ocupa uma posição discursiva de classe. Portanto, o discurso do impeachment divulgado pela imprensa não pode ser considerado “ideologicamente neutro”; a imprensa está sempre representando um discurso de classe.

No caso do discurso aqui analisado, têm-se os sujeitos porta-vozes midiáticos – o Grupo Globo, o Grupo Folha e a revista *Veja*, do Grupo Abril –, detentores de cerca de 50% de todo o controle da mídia no Brasil, e que, por isso, exercem poder e dominância econômica (e política) no país. Não é à toa que muitos os tratam de “grande imprensa comercial” ou “mídia hegemônica”. Esses sujeitos dispõem de meios massivos para formar a opinião pública e gerar produtos que lhes garantam lucros pelo tratamento da informação. Assim, realizam práticas midiáticas em conformidade com os interesses do capitalismo.

O impeachment de Fernando Collor de Mello

Ao propor a sua candidatura à presidência do Brasil, no primeiro ano da década de 1990, Fernando Collor de Mello foi celebrado pela burguesia nacional (a imprensa incluída), por representar um projeto que abriria a economia para o mercado, num período em que a globalização se acentuava velozmente. Assim foi retratado na mídia pouco antes de sua vitória: um estadista jovem e moderno – o “caçador de marajás”, que viria a combater os “parasitas” do funcionalismo público, aos quais se atribuíam as mazelas do país por receberem altos salários. Lembremo-nos de que o sentido do Estado brasileiro herdado por Collor era aquele imposto pelos militares: um poder altamente centralizado, tanto no sentido de fortalecimento da máquina pública e das empresas estatais quanto no de sua burocratização e complexidade gerencial. Após a vitória de Collor, sua dificuldade em promover as mudanças no Estado, por ele prometidas e visadas pelo mercado, fez com que sua relação com a mídia ficasse marcada por tensões e rupturas, a principal delas a que levou a seu impeachment.

Starling e Schwarcz (2015) trazem outros fatos sobre o comportamento dos grupos de comunicação em sua relação com Collor. As autoras reforçam a indelével filiação da formação ideológica da imprensa com o projeto neoliberalizante representado por Collor, inclusive o fomentando nas eleições de 1989:

A eleição de 1989 só se decidiu na última semana e alcançou um alto grau de polarização. **Collor tinha dinheiro, propaganda e mídia.** Pouca gente na imprensa divulgava que, em Alagoas, o governador fazia o contrário do que pregava na campanha, e o motivo era simples: à exceção do jornal *Folha de São Paulo*, **ele recebeu apoio da maior parte dos donos das empresas de comunicação - em especial, o de Roberto Marinho, para quem o desastre atendia, em primeiro lugar, pelo nome de Brizola e, em seguida, pelo de Lula. Com as organizações Globo a favor, o alvo deixou de ser Sarney e a campanha concentrou-se em atacar o PT**³. [...] Três dias antes das eleições, a Rede Globo levou ao ar, no programa de maior audiência da

³ Grifos nossos.

televisão brasileira – o *Jornal Nacional* –, um compacto do último debate entre os candidatos. *A versão havia sido manipulada* e era favorável a Collor: cerca de 60 milhões de espectadores viram Lula inseguro e vacilante, e Collor, enfático e preciso (p. 492-493, grifos nossos).

Em menos de três anos, que separaram as primeiras eleições gerais da reabertura democrática brasileira e sua vitória eleitoral, o presidente sofreria um impedimento. Este tipo de processo ocorre de forma multifatorial, e, no caso em questão, envolvia desvios de verba pública, crise econômica aprofundada, fraca sustentação política no Congresso, crise de credibilidade perante a opinião pública e mobilização da sociedade civil, que organizou protestos em vários pontos do país, sendo a Avenida Paulista o endereço emblemático das manifestações. Estes movimentos pró-impeachment foram organizados por sindicatos trabalhistas e associações estudantis, notadamente a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Acuado, Collor, em rede nacional de televisão e rádio, pediu à população que saísse às ruas em seu apoio, vestindo as cores predominantes da bandeira nacional; como resposta, as pessoas se vestiram de preto e pintaram seus rostos com o verde e o amarelo, episódio que passou a ser conhecido como o movimento dos “caras-pintadas”. Todas essas circunstâncias levariam à abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados e à renúncia do presidente, em 29 de dezembro de 1992, antes mesmo da conclusão de seu julgamento pelo Senado.

O impedimento de Collor marcou um momento que também daria representatividade à própria conformação de uma oposição forte ao neoliberalismo econômico no contexto da redemocratização. O bloco de esquerda, capitaneado pelo PT, com quem tinha disputado diretamente as eleições, opunha-se ao presidente por ter sido ele o candidato vencedor das elites nacionais, com quem se iniciou o projeto neoliberal no Brasil, quando ocorrem as primeiras privatizações. Em sentidos de rechaço a este projeto, as entidades e sindicatos acima mencionados se faziam presentes nos protestos pelo impeachment de 1992, apoiando-o; em 2015-2016, estas mesmas entidades eram contra o impeachment da presidenta Dilma, por exemplo, o que marca seu lugar historicamente construído e estabelecido nas esquerdas (ERICSON, 2019).

A análise das imagens dos protestos a favor do impeachment no ano de 1992 lembra que, conforme Florêncio (2016, p. 95), “o discurso é efeito de sentido entre interlocutores”. As imagens abaixo mostram, além de sequências discursivas apresentadas em faixas e cartazes, que o elemento imagético é essencial no processo de produção dos sentidos e os seus efeitos para fortalecimento dos objetivos do discurso.

Figura 1a. Protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor.



Fonte: Memória Globo, 1992.

Figura 1b. Protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor.



Fonte: Memória Globo, 1992.

A força do discurso se faz perceber nas materialidades discursivas das faixas do protesto: “FORA COLLOR e o FMI – Frente Revolucionária”; “Anos Rebeldes. Próximo capítulo: FORA COLLOR! Impeachment Já!”; “LADRÃO”; “NÃO À DESTRUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO”. Todas essas materialidades apontam para o discurso político da esquerda numa produção de sentidos que contraria o projeto político personificado por Collor. O discurso representado pelos porta-vozes do protesto pleiteava pelo fim do neoliberalismo, pela defesa do Estado e pelo impeachment do presidente (e de sua política econômica). Note-se, ademais, a composição da cena enunciativa (GUIMARÃES, 2002): a multidão, predominantemente formada por jovens brancos, apresenta alguma diversidade de raças; os símbolos nacionais misturados às flâmulas vermelhas e ao emblema da foice e do martelo, remetendo aos ideais revolucionários e socialistas; além da presença de bandeiras de agremiações políticas progressistas, como o PT e o PV (Partido Verde), despontando em meio à manifestação. O sentido de impeachment se reconhecia na política partidária brasileira, ou ao menos não rechaçava sua participação.

Figura 2. Caras-pintadas. Lê-se: “FORA COLLOR”; Impeachment Já!”. *Memória Globo, 1992.*



Fonte: Memória Globo, 1992.

Figura 3. Uso das cores verde e amarela para tratar do acontecimento. Lê-se “A guerra do impeachment” na capa; no interior da revista, uma foto aérea dos manifestantes em frente à FIESP. Lê-se: “(...) os estudantes tomaram a Avenida Paulista, no coração de São Paulo”. Edição 1.250 de *Veja*, 1992.



Fonte: Edição 1.250 de *Veja*, 1992.

A mídia observava o desenrolar dos acontecimentos, celebrados como “irreverentes” em “quase todos os atos realizados no país” (VEJA, 1992). O foco se dava em algumas das vozes das ruas, mormente a dos estudantes. É interessante observar a centralidade que os estudantes brancos tinham ao representar os caras-pintadas, à revelia de uma multidão protestante composta por outras raças e etnias. Na mídia patrimonialista, tampouco se dava espaço a quem também tecia, institucional e politicamente, o *impeachment*: as esquerdas, os sindicatos e as próprias entidades estudantis, como a UNE – ou seja, quem de fato mobilizava a rua e o povo. A “irreverência” dos atos que propagam o discurso pró-*impeachment* representado pelo seguimento jovem produziu um efeito geracional e consensual capturado e explicitado na matéria da *Veja*: “E o povo sai de casa para exigir moralidade, acima das diferenças políticas, sociais e de gerações”⁴.

Até então, não havia uma posição incisiva da imprensa pelo *impeachment*. Ela se ancorava nos efeitos produzidos pelos acontecimentos de rua e apenas ventilava a “pressão pela renúncia” que crescia, como os movimentos organizados apontavam. Sem conciliação com o presidente, a mídia passou a adotar uma postura mais atuante pelo impedimento. Essa posição discursiva da imprensa foi revelada na capa da *Veja* (fig. 4.1), que trazia Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, denunciando um sofisticado esquema de corrupção do mandatário – inclusive com implicações na imprensa alagoana, por envolver a compra do jornal “Tribuna de Alagoas” por PC Farias, tesoureiro do presidente. A partir daí, o *impeachment* de Collor mostrava-se inevitável. Sua renúncia foi publicada, celebrada, anunciada festivamente: “CAIU!” (fig.4.2). Esse enunciado ocupa o espaço do discurso da vitória comemorada pela imprensa, o que a deslocou do lugar de espectadora para o de protagonista no acontecimento do *impeachment*. A imprensa, a exemplo da *Veja*, não só comemorava a saída do presidente como também apontava os caminhos que o novo governo deveria tomar. É o que se pode ver no enunciado de capa da edição 1.269, de 06 de janeiro de 1993: “Com a renúncia de Collor, chega a hora de Itamar tirar a casaca da interinidade e consertar o governo” (fig. 4.3⁵).

⁴ Grifo nosso.

⁵ Grifo nosso.

Figura 4. Três momentos de *Veja*, entre os anos de 1992 e 1993.



Fig. 4.1

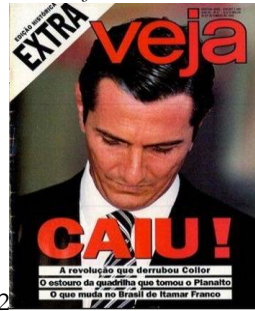


Fig. 4.2



Fig.4.3

Fonte: Revista Veja.

Como se vê, a imprensa agiu para consertar, não reformar, tampouco revolucionar, o projeto iniciado por Collor de Mello – um projeto de essência neoliberal.

O papel da memória no discurso do impeachment

Do que se viu até agora no processo de análise, pode-se passar ao próximo ponto ao qual se propõe este estudo: o papel da memória no discurso do impeachment. Toma-se aqui a noção de memória assim como Mariani (1998, p. 38) compreende: “a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização [...] na história de uma formação ou grupo social”. Nessa linha de pensamento, a autora entende memória social com um processo histórico, resultante de uma disputa de interpretações acerca de acontecimentos passados ou presentes, em que se verifica uma predominância de uma destas interpretações e esquecimento das demais (que, apesar de não dominantes, resistem, deixando vestígios na memória e no discurso). Dessa forma, a memória social abarca tanto os sentidos hegemônicos, que se cristalizaram e se mostram como dominantes ante a sociedade, quanto os sentidos provindos da “contra-memória”, que diz respeito à memória dos excluídos, cujos sentidos foram silenciados e/ou apagados. Esse processo garantiria a “naturalização” de um sentido “comum” e “coerente” à sociedade.

A partir da memória social, a memória histórica oficial (a institucionalizada, a documentada pelos arquivos, bibliotecas, órgãos de Estado, etc.) e a memória erudita (a mobilizada pelos historiadores em seu trabalho) se servirão para afiançar ou questionar o exercício do poder, preservando a lembrança de um passado ou efetuando a exclusão de quaisquer ameaças que escapem ao controle narrativo-memorial do gesto interpretativo dominante. Embora convenha ao trabalho dos historiadores, Mariani (1998, p. 35) aponta que uma diferenciação entre os tipos de memória (oficial, erudita, contra-memória, etc.) não é do interesse imediato do analista do discurso, uma vez que trabalhar com a memória em categorias estanques e “imobilizantes” pode fazer com que se desconsiderem “as contradições constitutivas das relações de sentido, que vão entrelaçando estas diferentes memórias”.

Na Análise do Discurso, portanto, o papel da memória é constitutivo, confundindo-se mesmo com o interdiscurso. Ao defini-lo, Orlandi (2020, p. 29) inclusive o toma como memória: “A memória (...) tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nesta perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva (...)”. Nessa mesma concepção teórica, Mariani (1998) diz ser a

memória discursiva não linear, sendo constituída por lacunas e faltas. A memória do discurso, constitutiva do interdiscurso, representa um lugar onde estão os já-ditos, prontos a serem convocados, lugar de retorno a outros discursos, como repetição ou ressignificação (como paráfrase ou polissemia).

O discurso da imprensa vai trabalhar, em seu funcionamento, com a memória, seja acionando-o para organizar filiações de sentidos pré-estabelecidos nas explicações dos acontecimentos que têm características semelhantes com eventos passados, seja noticiando algo novo, a fim de lhe constituir, assim, uma memória para o futuro. Os gestos interpretativos se movem na memória, tanto no movimento que faz de retorno ao passado quanto o que procura se institucionalizar para o futuro. Como Mariani (1998) assevera:

Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros (p. 59-60).

Por seu turno, Robin (2016, p. 19-20) nos diz: “o passado vem nos visitar permanentemente. Estes discursos sobre memória produzem uma imensa cacofonia, cheia de barulho (...), de polêmicas e de controvérsias, de argumentações simétricas ou congruentes a propósito das quais ninguém fica indiferente”. Estamos tratando da memória enquanto histórica e enquanto produto da subjetividade, mas também enquanto componente do interdiscurso que afeta o processo discursivo: ao mesmo tempo em que se aciona a memória, ela sofre alterações, já que nela se encontram lacunas, ocorrem falhas, algo se revive, ou se apaga e se silencia – por isso, mesmo alvo de furor e de polêmica, a ela ninguém resta indiferente.

Do ponto de vista da classe hegemônica, a memória de fato não lhe fica indiferente – por isso, há um trabalho de constituição de uma memória específica, seletiva, institucionalizada, que apaga o protagonismo de classes e raças na história do Brasil, tal qual ela é contada nos livros didáticos, nos documentos oficiais, na cobertura jornalística. Ao se apagar certas memórias de Brasil – dos índios, dos negros, dos trabalhadores – e ao se monumentalizar e enaltecer certa memória da classe dominante, estabilizam-se sentidos já-dados que naturalizam o passado autoritário brasileiro, o qual, em vez de ser repudiado por sua natureza perversa e desumana, ao revés, de tempos em tempos volta a nos assombrar.

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente (ROBIN, 2016, p. 31).

Talvez seja esta uma “questão fundamental do presente”, como dito por Robin, uma vez que aqui, país do capitalismo periférico, fundado como colônia de exploração e regido sob a mais sádica lógica de mercado – que aprofunda ainda mais a exploração do homem pelo homem, nem que, para isso, seja necessário recorrer a violentas formas estatais de submissão de outrem, como o foi a escravidão –; neste país, como anunciamos, a lógica do capital precisa de formas autoritárias para se realizar e, por este motivo, não nos toma de surpresa quando tais configurações retornam e celebram seus espelhos de outrora. Se “onde há dominação há resistência”, como nos diz Pêcheux (2014b), mesmo com o

hercúleo esforço de parte da sociedade civil brasileira, a fim de constantemente nos lembrar do autoritarismo (e de seus perigos) que constitui esta nação, a ideologia da classe dominante ainda consegue moldar a memória com a finalidade de apagá-la, mitigá-la ou mesmo ressignificá-la totalmente. Nesse contexto, a imprensa age como importante aparelho ideológico de Estado da classe dominante, como já expusemos, a ponto de construir um simulacro do que seria nossa memória coletiva, selecionando aquilo que convém gozar do status de memorável e aquilo que precisa ser esquecido.

Neste início de século, a memória vem sendo mobilizada e moldada de maneira a convir com os interesses da classe dominante: desde a queda do muro de Berlim, num mundo cada vez mais interconectado e sem contraponto quanto à sua organização social, dominado inteiramente pela Formação Social Capitalista, nas vestes da formação ideológica neoliberal, há um esforço de apagamento de certa memória, que remetia às lutas e às conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais empreendidas nos séculos XIX e XX. Esta memória guardava em si um ethos próprio, assentado em premissas como a solidariedade, a comunidade, a dignidade dos direitos humanos, as conquistas sociais por meio da mobilização, do enfrentamento e da revolução – todos estes sendo princípios antagônicos, ou melhor, memória antagônica, ao ideário neoliberal.

É preciso, assim, constantemente ressignificá-la, ao ponto que quase totalmente inexista ou que sirva, no máximo, de reminiscência negativa, tal qual um mau recorde fruto de trauma ou pesadelo. É esta memória retrabalhada que, acionada e mobilizada, impede a sociedade de perceber a sistemática retirada de direitos sociais, a precarização do trabalho, da saúde, da educação, da vida mesmo, já que todos andam muito ocupados com uma lembrança-gatilho que os fazem enxergar comunistas embaixo da cama, os movimentos sociais como o sinônimo da desordem e a universidade pública como o locus da balbúrdia.

O impeachment de Dilma Rousseff

Passados vinte e quatro anos entre o impeachment de Collor e o impeachment de Dilma, as muitas semelhanças entre as imagens e os textos acionam o papel da memória no discurso sobre o impedimento do(a) presidente. Elementos de saber da Formação Discursiva da política brasileira, na forma textual linguística e imagética, são identificados nos dois acontecimentos. Observa-se a predominância das cores verde e amarela nos protestos, o uso de símbolos nacionais, os jovens de caras pintadas ocupando o centro das fotografias na cobertura jornalística, as massas reunidas com cartazes e faixas na Avenida Paulista pedindo a saída do(a) presidente(a) (que se ponham para fora do Planalto e da presidência do Brasil); todos esses são elementos de saber que sustentam a formação discursiva da política brasileira nos acontecimentos dos dois impeachments, o que produz um efeito de similitude entre tais acontecimento ao serem retratados pela mídia.

Sequências discursivas inteiras retornam no movimento pró-impeachment da presidenta Dilma num processo de atualidade da memória discursiva pró-impeachment do presidente Collor. A fig. 5, a seguir, mostra bem esse funcionamento de reverberação e atualidade da memória discursiva: “FORA DILLMA” produz um sentido de aproximação entre um e outro acontecimento – “FORA COLLOR” – com o uso de dois eles (LL) no prenome da presidenta, sugerindo a incorrência em práticas corruptas, assim como o ex-presidente. Ao mesmo tempo em que aproxima os discursos que clamam pelo impedimento dos presidentes, tem-se um processo de negação da base política que elegeu

Dilma Rousseff, explicitado pelo enunciado “FORA PT”.

A simetria entre Dilma e Collor produzida no discurso do segundo impeachment conduz a uma questão inusitada na circulação do discurso: qual a posição discursiva do sujeito que clama o impedimento da presidenta Dilma? Seria o mesmo ao se posicionar como o sujeito dito de esquerda que, em 1992, requisitou o impedimento do Collor? Seria o sujeito dito de direita, que defendia a manutenção do Collor em 1992 e que, em 2016, produzia um discurso de rejeição, quando a memória discursiva aproxima os dois acontecimentos e os destitui das bases que os elegeram? Diante das supostas evidências, há quem diga que o sujeito do discurso do primeiro impeachment seria um e o do segundo seria outro, ambos em posições discursivas diferentes. Mas, ao se constatar o efeito de aproximação entre Dilma e de Collor produzido pelas letras LL, marcadas como duas faixas verde e amarela, símbolo do ex-presidente Collor, tem-se um deslocamento do lugar de Dilma para o lugar do Collor e vice-versa. Assim também ocorre o deslocamento do sujeito do discurso que clama pelos impeachments, que significa reconhecer que o sujeito se desloca entre uma formação discursiva e outra, ora política de esquerda, ora política de direita, e, nesse deslocamento, os sujeitos se confundem em termos de identidade discursiva.

Figura 5. Lê-se: “FORA DILMA, FORA PT, FORA CORRUPÇÃO”; “Anos Rebeldes. Próximo capítulo: FORA DILLMA! Impeachment Já! Ass: Povo brasileiro”. *Fabio Gois, Congresso em Foco, 2016.*



Fonte: Fabio Gois, Congresso em Foco, 2016.

A memória discursiva acionada no discurso representado pela imagem (fig.5), traz reminiscências do impeachment 1 que revelam processos de um suposto apagamento: o “FORA COLLOR e o FMI”, dito em 1992, é esquecido em 2016, por exemplo: o Fundo Monetário Internacional, um dos principais órgãos do capitalismo financeiro mundial, é silenciado (não apagado) em 2016. Ainda sobre a figura acima, nota-se o caráter majoritariamente branco da multidão retratada, uma tentativa de “apagamento” da participação negra que se fotografou no quadro similar de 1992. Também se simula apagar as cores das bandeiras vermelhas dos partidos e dos movimentos sociais que despontavam nas imagens de antes, predominando apenas a homogênea paleta verde e amarela que compunha o ano de 2016. Há, por isso, uma estranheza nesses ecos do passado, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que recorrem a uma memória discursiva, há supostos novos sujeitos envolvidos, outras práticas, diferentes posições políticas em jogo. Os possíveis novos sujeitos, contudo, repetem dominações seculares do Brasil, porque se filiam aos sentidos hegemônicos de outrora e, por isso, reclamam seu retorno aos locais de poder.

A capa da *Veja* de 2016, como se verá a seguir, faz eco com outra de 1992, já referida anteriormente neste artigo. O enunciado “IMPEACHMENT”, tendo como referência a presidenta Dilma, retoma o “CAIU!” que se referiu ao presidente Collor. Os dois enunciados, embora ditos em momentos históricos diferentes, organizam-se em torno de um só elemento de saber – com o impeachment, cai o governo de um presidente.

Figura 6. Capa de *Veja* de abril de 2016.



Fonte: *Veja* de abril de 2016.

A revista *Veja* trazia uma capa que noticiava o acontecimento discursivo imediatamente após o ocorrido, com emblemáticos elementos linguísticos e visuais. O termo “IMPEACHMENT” ocupou a capa de maneira centralizada, em caixa alta. Porém, esta sequência discursiva foi acompanhada por outras que a orbitavam, como o placar trazido logo abaixo, referente ao número de votos que permitiu o prosseguimento do processo (“SIM 367”) e o número de votos contrários (“146 NÃO”). O uso do SIM x NÃO remete às dualidades promovidas pelos efeitos de sentidos que permearam o processo de impedimento, efeitos que buscavam sua afirmação ou negação, o acordo ou o desacordo sobre o que se entendia por impeachment em 2016, sua aprovação ou desaprovção, buscando, enfim, fazer vitorioso ou derrotado o discurso pelo impeachment.

A partir do exposto, é possível indagar: quem “ganhava” com o impeachment? A oposição política ao PT? A imprensa que também lhe fazia oposição? O conjunto da sociedade? Os grandes financiadores do impedimento de 2016 – os empresários da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e demais colegas de classe, que pediram pelo afastamento da presidenta? Esse jogo de ganha-perde é inclusive remetido, na superfície do SIM x NÃO, aos placares esportivos, como um efeito metafórico, um deslize do discurso esportivo no discurso político: eis o efeito metafórico discursivo que desliza elementos de saber do esporte para o político, para a metáfora (aqui entendida tanto como figura de linguagem quanto como conceito que trata do deslocamento de sentidos) do jogo democrático. Diferentemente das massas francesas (PÊCHEUX, 2015), ao celebrar a vitória da esquerda em 1981 com a eleição de François Mitterrand, eram os donos do capital que agora cantavam a vitória da “partida esportiva” que acabavam de ganhar: “On a gagné!”.

Após anos de capas e textos produzidos contra os governos petistas, o grito incontido da vitória que a garota retratada parece emular é o grito mesmo de toda a classe social que consome a revista. O grito de “IMPEACHMENT”, como trazido pela imagem e traduzido na sequência discursiva em questão, é uma reformulação, uma paráfrase, do grito de “CAIU!”, trazido em 1992, assim como também o é de “on a gagné” – de “ganhamos

(ainda que no grito)!”. Placar final de jogo que confirma esta vitória: “SIM 367”. Cabe dizer que, quando se fala do processo de impeachment de presidentes no Brasil, tem-se um ponto comum sob o qual se justifica o clamor: práticas de corrupção e rupturas democráticas. Se quisermos, não custa lembrar eventos que, na história brasileira, desencadearam o suicídio de Getúlio, passando pelo golpe em Jango, aos impeachments na Nova República.

Conclusão

Ainda que o discurso pelo impeachment tenha se dado em bases discursivas e estéticas equivalentes, as histórias que nos contam estes episódios são profundamente distintas. Acionar a memória discursiva, reavivando-a na superfície do discurso e do acontecimento político, funciona até determinado ponto, pois este discurso também tenta apagar a essência do projeto que viria dali: Michel Temer não foi Itamar Franco, na mesma medida em que Dilma não foi Collor, nem o início da década de 1990, quando o neoliberalismo se apresentava como solução para o Brasil, pode-se equiparar ao final da década de 2010, quando do esgotamento (e, contraditoriamente, de seu posterior aprofundamento) da solução neoliberal em nosso país.

Os dois processos de impeachment pelos quais o Brasil passou, mostram-se diametralmente opostos se as raízes de suas realizações fossem observadas, pois guardam algo de semelhante nas lacunas da memória. Como Marx (2014, p. 25) nos aponta, em seu clássico comentário a Hegel em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: “(...) todos os grandes fatos e todos os grandes personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: (...) a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

A análise do passado e da memória histórica do Brasil aponta para um fato importante: a de que a história é cíclica e capaz de reverberar com força no presente. Algumas coisas pareceram imutáveis em 2016, quando do impeachment de Dilma: não apenas o alto grau de polarização política, mas também os escândalos que envolvem o manejo do Estado, que só se equiparam em número com a gana da imprensa em encurralá-lo. Os discursos se modificam nas formas em que se dão, na maneira como se processam, nos nomes que recebem e com os quais se apresentam, conforme os eventos noticiados; mas a memória discursiva que constitui, pelo interdiscurso, os dizeres da imprensa sobre projetos potencialmente transformadores da sociedade, essa memória que reaviva a corrupção como característica do trabalhismo (e de suas variações e expressões, como o foi a era petista), e que periodicamente susta a democracia, parece permanecer intacta até hoje.

Referências

AMARAL, M. V. B. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

ERICSON, S. Estado democrático de direito: deslocamentos e ambiguidades na argumentação. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 19, p. 103-120, 2019.

FLORÊNCIO, A. M. G. et al. **Análise do Discurso: fundamentos e práticas.** Reimpressão da 1. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** Campinas/SP: Pontes, 2002.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).** Rio de Janeiro: Revan; Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MEMÓRIA Globo. **Caras-pintadas contra Collor.** Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/fotos/caras-pintadas-contracollor-9430223>. Acesso em 21 jul. 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas/SP: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux.** Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

INTERVOZES. Proprietários da mídia. Media Ownership Monitor Brasil – **Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.** Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

REVISTA VEJA. Manifestações evocam caras-pintadas de 1992. **Veja São Paulo.** São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cidades/manifestacoes-impeachment-caras-pintada-dilma-collor/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ROBIN, R. **A memória saturada.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Protestos históricos no Brasil: Diretas Já, impeachment de Collor e atuais manifestações.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/enem-protestos-historicos-no-brasil-diretas-ja-impeachment-de-collor-e-atuais-manifestacoes/>. Acesso em: 30 jul. 2020.